

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

www.sintufrj.org.br

FASUBRA Associação CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Plenária da Fasubra aprova greve a partir do dia 23 de outubro

Contra a decisão do governo de desmonte das carreiras do funcionalismo público federal e a privatização das universidades públicas.

A plenária aprovou, ainda, a realização de dois dias nacionais de mobilização e lutas: 28 e 29 de setembro. **PÁGINA 3**

Eleição sindical do Sintufrj



Por 15 votos de diferença (1.928 votos contra 1.913 votos) a Chapa 2, Resignificar – Nenhum Direito a Menos foi a vitoriosa no segundo turno da eleição para a direção do Sintufrj. Esse resultado consta em ata e foi reconhecido pela Comissão Eleitoral, pelos integrantes da Chapa 3, Unidade na Luta, e pelos dois dirigentes da Fasubra que acompanharam o pleito e a contagem dos votos, Eurídice Ferreira de Almeida e Rafael dos Santos Pereira.

Mas na segunda-feira, dia 18, a Chapa 3 pediu recontagem dos votos. A Comissão Eleitoral está analisando a questão.

Maratona – A apuração da eleição foi realizada no auditório do Centro Cultural Horácio Macedo (CCMN), e começou à 0h11 do dia 14 de setembro (último dia de votação) e terminou às 7h39 do dia seguinte. Confira no site do Sintufrj todos os números deste segundo turno do pleito da categoria.

PR-4 inscreve para cursos de capacitação

A Divisão de Aperfeiçoamento na Carreira/PR-4 informa que estão abertas as inscrições para os cursos de capacitação 2017. Os primeiros cursos oferecidos são os seguintes:

- As universidades públicas fe-

derais frente às políticas orçamentárias no Brasil atual.

- O papel dos técnicos-administrativos no atual cenário das universidades públicas federais.

- Acessibilidade na educação

superior: Política nacional e aspectos legais.

A capacitação é um importante instrumento para a melhoria do desempenho no trabalho, para o desenvolvimento pessoal e, como

estímulo, ainda permite a progressão funcional com um acréscimo de até 12%, isso considerando todas as três progressões possíveis até o nível IV. Para mais informações, acesse o site diac.pr4.ufrj.br.

Reunião do GT-Segurança

O Sintufjr convoca para reunião do GT-Segurança, dia 22, sexta-feira, às 10h, no Espaço Cultural da entidade, na Cidade Universitária.

V Sintae: de 2 a 6 de outubro

A Pró-Reitoria de Pessoal da UFRJ informa por meio de seu site que a quinta edição do Seminário de Integração dos Técnicos-Administrativos em Educação (V Sintae) da universidade será realizado de 2 a 6 de outubro, no Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN), na Cidade Universitária, das 9h às 13h.

Para obter todas as informações a respeito do evento, os interessados devem acessar o site da PR-4 e clicar no link V Sintae. Este ano a

UFRJ inscreveu ouvintes e trabalhos em nível nacional, com o objetivo de compartilhar o conhecimento técnico-científico e as experiências profissionais e sociais dos técnicos-administrativos em educação das instituições federais de ensino superior (Ifes) de todo o país.

Programação

Segunda-feira, 2 de outubro, às 9h – Cerimônia de abertura com o reitor Roberto Leher, o pró-reitor de Pessoal, Agnaldo Fernandes, e

o coordenador-geral do Sintufjr Francisco de Assis.

Às 10h – Mesa: “O papel dos técnicos-administrativos em educação na integralização de 10% do currículo da graduação com atividades de extensão”.

Expositoras: Adriane Aparecida Moraes – Conhecendo a UFRJ/ Pró-Reitoria de Extensão/UFRJ; Erika Fernanda Marins de Carvalho – Centro de Referência de Mulheres da Maré Carminha Rosa/Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em

Direitos Humanos/UFRJ; Sonia Steinhause Motta – Alunos Contadores de História/Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG/UFRJ). Debatedora: Maria Malta – Pró-reitora de Extensão UFRJ.

De 3 a 6 – Apresentação de trabalhos orais e pôsteres.

Encerramento

No último do Sintae, além da apresentação de trabalhos, está programada uma mesa de balanço

sobre os cinco anos de realização do Sintae pela UFRJ, com os seguintes expositores:

Ana Paula de Paula, Gustavo Cravo, Larissa Baruque e Patrícia Vieira, da Pró-Reitoria de Pessoal/UFRJ; Karine Guedes, da Superintendência de Comunicação/UFRJ; Rita Cavaliere, da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças/UFRJ; e Telma Fernandes Gil, da Casa da Ciência/UFRJ. Debatedor: Pedro Campos, superintendente de Pessoal/UFRJ.

A ópera de um menino feliz

Com macaquinhos no sótão, fogo no rabo e pernas enormes para abraçar o mundo, O Menino Maluquinho – genial criação do mestre Ziraldo – sobe de novo ao palco para contar suas divertidas histórias em forma de ópera, agora em uma montagem inédita no Rio de Janeiro realizada pela Escola de Música da UFRJ.

A estreia é no dia 10 de outubro e serão realizadas cinco récitas gratuitas no Salão Leopoldo Miguez da Escola de Música, sendo duas exclusivas para alunos de escolas públicas e particulares (10 e 11, às 14h30) e três abertas ao público em geral (10, às 18h30; 12 e 14, às 16h). Entrada franca.

Com música de Calimério Soares e libreto de Nilson Nunes, a ópera infantil *O Menino Maluquinho* tem elenco formado por 10 cantores do conjunto vocal Brasil Ensemble e 50 crianças do Coral Infantil da UFRJ, e orquestra de câmara composta por instrumentos de sopro e percussão. A direção geral é de Maria José Chevitarrese, direção cênica de José Henrique Moreira e regência de Emami Aguiar e Kaique Stumpf.

Percurso

Lançado em 1980 na Bienal do Livro de São Paulo, *O Menino Maluquinho* transformou-se em um grande sucesso editorial, vendendo mais de três milhões de exemplares e sendo traduzido para vários idiomas. Completando 37 anos, o livro virou história em quadrinhos, peça de teatro, filme, série de TV e ópera.

Conhecido por suas travessuras e pela panela na cabeça, o menino que tem “o olho maior do que a barriga e vento nos pés”, que é sabido e um amigão, vai liderar sua turma em muitas brincadeiras e confusão no palco, abrindo para o público de todas as idades as portas de um mundo mágico de canto, música instrumental, muita movimentação cênica, cenário, figurinos e luz. É a ópera de um menino feliz.

Originalmente escrita em inglês com o título de *Crazy Boy*, esta versão é cantada em português, em um ato dividido em dez cenas, com 50 minutos de duração. Escrever uma música para a infância era



um dos maiores desejos do compositor Calimério Soares.

Com base na obra-prima de Ziraldo, musicalmente decidiu justapor recursos tonais e atonais numa mistura de estilos, combinando-os com elementos eletroacústicos, escrevendo a ópera para vozes solistas e coro de crianças.

A Escola vai à Ópera

Sempre na semana do Dia das Crianças, esta é a oitava ópera do projeto A Escola vai à Ópera, a ser realizada no Salão Leopoldo Miguez, que já recebeu mais de dez mil alunos da rede pública e particular de ensino. Como a ópera é um gênero artístico com pouca progra-

mação e de acesso ainda elitizado, o projeto possibilita que crianças, jovens e adultos de todas as classes sociais tenham a oportunidade de conhecer e se emocionar com a beleza e riqueza artística de um espetáculo operístico, formando novas plateias e estimulando o potencial artístico de crianças e jovens.

EM DEFESA DO PCCTAE

Fasubra indica greve para 23 de outubro

Plenária também aprova dois dias de mobilização nacional: 28 e 29 de setembro

Os técnicos-administrativos em educação da base da Fasubra, reunidos em plenária nacional nos dias 15, 16 e 17 de setembro, em Recife (PE), deliberaram por deflagrar greve no dia 23 de outubro. Os trabalhadores também aprovaram a realização de dois dias nacionais de lutas: 28 e 29 de setembro. A mobilização é em defesa da universidade pública e contra o desmonte da carreira (PCCTAE).

Segundo a coordenadora-geral da Fasubra, Léia Oliveira, o governo golpista de Michel Temer prossegue com seu projeto de privatização das universidades federais e indica que irá encaminhar medida provisória alterando as carreiras do serviço público federal.

Desmonte da carreira

Léia informou que a intenção do governo de acabar com as carreiras do funcionalismo público federal foi veiculada ao presidente do Fórum de Gestão de Pessoas (Forgep), Rafael Gonçalves. Nessa reunião foram apresentadas as diretrizes gerais para a implantação de um carreirão para o serviço público. A coordenadora da Fasubra afirma que o ataque do governo golpista tem que ter uma resposta forte da categoria.

“Além de querer privatizar as universidades – o projeto de lei que trata da cobrança de mensalidades está para ser encaminhado

–, o governo agora ataca a nossa carreira. Ele está pretendendo encaminhar uma medida provisória para alterar as carreiras do serviço público, incluindo a dos técnicos-administrativos em educação. Acabar com a nossa carreira e destruir tudo o que construímos como identidade”, disse Léia.

A dirigente explica que em linhas gerais o governo quer: aumentar os padrões de vencimento da carreira, dos atuais 16 para 30; colocar um step constante; quebrar a interpolação entre as classes – voltaríamos aos níveis NA (apoio), NM (intermediário) e NS (superior) –; e transformar os incentivos à qualificação em VPNI (Vantagem Pessoal Nominal Identificada).

Cenários

A dirigente esclarece que a Federação quer fazer um movimento em conjunto com todo o serviço público federal, mas já saiu na frente com um indicativo de greve específica. Mas outras categorias já começam a se mobilizar, e a Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (Condsef) aprovou indicativo de greve para 11 de novembro.

“Temos os seguintes cenários: greve em conjunto com os servidores públicos, caso não aconteça a greve com o setor da educação, e uma greve só da Fasubra”, aponta Léia.

PCCTAE tem salvaguardas
A proposta de desmonte das

carreiras é do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que objetiva a desestruturação das carreiras do Poder Executivo com o estabelecimento de um limite salarial para o início do serviço público e uma progressão mais lenta. A única carreira que ficaria de fora seria a dos docentes. Com isso, o governo golpista quer economizar mais de R\$ 70 bilhões nos próximos 10 anos.

Mas os planos de carreira, entretanto, não podem ser modificados por decretos. Eles são determinados por projetos de lei, que precisam de aprovação no Congresso Nacional. Além disso, há barreiras em legislações específicas, como no caso dos técnicos-administrativos em educação. A Lei 11.091, que instituiu o Plano de Carreira dos Cargos Técnicos-Administrativos em Educação (PCCTAE), diz que, para que ocorram alterações, é preciso passar pelo debate e por instâncias com representação da categoria,

como a Comissão Nacional de Supervisão (CNS).

Mais ataques

Além do Plano de Demissão Voluntária (PDV), que começou a vigorar este mês, e da proposta de reestruturação de carreiras, também devem ser divulgadas medidas como o adiamento dos reajustes que haviam sido acordados e o aumento da contribuição previdenciária dos servidores. As propostas deverão ser encaminhadas junto com a mensagem modificativa da proposta orçamentária.

Outro ataque do governo é o projeto de lei que regulamenta a demissão de servidor estável por “insuficiência de desempenho”. A proposta avança no Senado Federal. Ela está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, sendo aprovada, pode ir para votação em plenário no fim deste mês ou início de outubro. O projeto de lei do Senado é voltado para

servidores federais, estaduais e municipais.

Plenária com ato no Rio

Nos dias 20, 21 e 22 de outubro a Fasubra realiza nova plenária, desta vez no Rio de Janeiro. O objetivo da escolha da cidade é para unir forças para um grande ato em apoio à Uerj, fortalecendo assim o movimento contra a privatização das universidades estaduais.

“O modelo que querem implantar nas estaduais é o mesmo que pretendem para as federais. Temos de denunciar e lutar contra isso. Além disso, a Uerj não tem tido o apoio necessário”, declara Léia.

Nessa plenária também será discutido o adiamento do Confasubra, marcado para novembro. “Esse debate terá de ser travado, pois fica difícil levar uma greve e fazer um Congresso”, pondera a coordenadora-geral da Federação.

Foto: Fasubra



ASSEMBLEIA

Categoria vai ao Consuni

Em assembleia geral realizada no dia 11 de setembro, no Espaço Cultural do SintufRJ, os técnicos-administrativos da UFRJ aprovaram, por unanimidade, a apresentação de um manifesto ao Conselho Universitário (Consuni) pela bancada de representantes da categoria para marcar o 14 de setembro, Dia Nacional de Lutas convocado pela Fasubra, contra os ataques do governo Temer.

Os presentes à assembleia aprovaram também por unanimidade o envio de delegação à plenária nacional estatutária da Fasubra nos dias 15, 16 e 17 de setembro, em Recife. Na pauta, além de análise da conjuntura, consta discussão sobre um plano de lutas, prestação de contas e aprovação do

Regimento Interno do Congresso da Fasubra, que será realizado de 26 de novembro a 1º de dezembro.

Delegação – A delegação do SintufRJ será composta por um representante da direção e sete

representantes da base: quatro da corrente Unidade na Luta, dois da corrente É Hora de Ressignificar e um da Frente de Oposição presente na assembleia. Mas se esse último grupo decidir não enviar repre-

sentante, a vaga será ocupada por um suplente que também estava presente à assembleia.

As correntes políticas ficaram de apresentar os nomes dos seus delegados até as 17h do dia 11

de setembro. Foi deliberado pela assembleia que a delegação da UFRJ defenderá na plenária a manutenção da data já definida (em outra plenária) para a realização do XXIII Confasubra.

Foto: Renan Silva



PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO

PMDB articula o fim da Uerj

Este é o primeiro passo do governo golpista de Temer para privatizar o ensino público



No dia 5 de agosto foi veiculado um parecer do Ministério da Fazenda sobre o Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Rio de Janeiro. Nele, entre outras medidas, aparece o termo “fim da oferta do ensino superior”, isto é, o parecer sugere a extinção da Uerj e das estaduais Uezo e Uenf, caso o governo não consiga cumprir o acordo de recuperação do equilíbrio fiscal com o governo federal.

Entre as medidas colocadas no parecer estão também a demissão de servidores comissionados e ativos, a extinção de benefícios previstos para servidores estaduais e a criação de alíquota extra para a Previdência. Os servidores da Uerj, em greve desde 16 de janeiro, foram pegos de surpresa, e dizem que o governo Pezão virá com tudo para cima das universidades. A Uerj tem 5.500 servidores.

Situação preocupa entidades

“Foi um choque. Se o governo Pezão, que nada mais é do que um braço da quadrilha do PMDB, não cumprir o ajuste acordado com o governo federal, vai vir para cima das universidades. Não se conformaram com a privatização da Cedae, e vão querer vir para cima da gente com congelamento, PDV, tanto para comissionados como para contratados, não livrando nem os estatutários. É muito preocupante. E, se acontecer, será o golpe final”, declara o coordenador do Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro (Sintuperj), Jorge Luiz Mattos, o Gaúcho.

A Associação de Docentes da Uerj (Asduerj) recebeu com indignação a notícia do parecer e afirmou que é uma declaração de guerra à Uerj. E diz que o documento comprova que a deterioração da Uerj faz parte de um projeto para sua destruição e de todo o sistema de ensino superior estadual, um projeto que é do PMDB.

“Mais uma vez, o governo federal busca, de forma incompetente e ilegal, expropriar os servidores

estaduais e a população fluminense com a desculpa de que são os gastos públicos os responsáveis pela crise econômica em que o PMDB afundou o Rio de Janeiro. Descontam em cima dos servidores e da população, ao invés de suspender o pagamento da dívida abusiva do estado com o governo federal e de rever isenções; ao invés de investigar para onde foi o dinheiro roubado em conluio com empreiteiras na produção dos megaventos. O RRF assinado já é um ataque aos direitos da população, porque prevê o congelamento de salários e de concursos. Ou seja, a redução do investimento público em saúde e educação. E, como se não bastasse, um parecer de uma secretaria do governo federal ainda sugere a destruição do sistema de ensino superior estadual caso não seja possível o “atingimento” (sic) do equilíbrio fiscal”, denuncia em nota a direção da Asduerj.

A direção afirma ainda que o que acontece com a Uerj não foi consequência da crise, mas sim de um verdadeiro roubo. E que a resistência continuará. “Se ainda havia alguma dúvida de que estamos vivendo na Uerj não uma crise,

mas um roubo, hoje temos certeza. Estamos indignados, mas não surpresos. Somos uma trincheira de resistência contra o golpe no serviço público e nos direitos trabalhistas e sociais. O documento indica o projeto do PMDB para a educação, mas em sua dimensão não tem efeito prático, a não ser ter declarado guerra à Uerj. E nessa guerra nós já estamos”. A Uerj conta com cerca de três mil professores.

A CUT rechaça a intenção de Temer e Pezão. “Entregar à “mão do mercado” nossas universidades públicas estaduais significa, em curto prazo, acabar com a maioria esmagadora dos cursos e abdicar, em todos os sentidos, de enorme produção intelectual. Cursos essenciais para o desenvolvimento nacional muitas vezes têm retornos financeiros a longuíssimo prazo. Esses que não interessam ao lucro rápido certamente serão os primeiros a sumir. Perde o Brasil, que não terá profissionais em áreas estratégicas, como a soberania intelectual. É a mesma forma que entregar a Educação básica, a Segurança e a Saúde aos setores privados. ACUT-RJ e suas entidades filiadas repudiam com veemência tais medidas”.

Um projeto de partido

O desmonte da Uerj vem sendo construído paulatinamente e mostra a que veio o governo do PMDB com seu projeto final de privatização de tudo o que é o público: o não pagamento dos salários dos servidores (funcionários e professores), o não repasse de verbas de custeio e manutenção, o corte de bolsas de pesquisa, as discussões sobre privatização do curso de direito e o fechamento do restaurante universitário, entre outras ações.

“Para todos os atores envolvidos nessa tragédia, que vêm heroicamente resistindo a esse estado de coisas, era visível a intenção do governo de fechá-la. O parecer inova, entretanto, ao deixar oficialmente documentado a intenção de fechamento da Uerj e das universidades estaduais do Rio de Janeiro”, explicita Allyne Andrade, graduada em Direito pela Uerj, mestre e doutoranda em Direitos Humanos pela USP, em artigo para a revista *CartaCapital*.

“O fim da Uerj será mais um golpe no sonho da democratização do ensino superior. Dá um recado direto para a população do retrocesso de direitos e de políticas públicas que pretendiam concretizar os direitos sociais nesse país.

É simbólico que o possível fim da primeira universidade a adotar reserva de vagas, com inegável sucesso, venha sendo imensamente comemorado por uma extrema direita tacanha, mas que sabe o que está em jogo.

O provável fim da Uerj significa, na prática, o fim de um espaço de formação inclusivo e diverso que, com todas as suas contradições, vem formando mulheres e homens negros e negros, corpos periféricos, trabalhadoras e trabalhadores que ousaram questionar o discurso da meritocracia e da democracia racial”, analisa a especialista.

Pioneira na democratização do ensino

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Uerj) é uma instituição com seis décadas de existência, com seis campi regionais e mais de 40 mil alunos em seus cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado, que mantém uma escola de ensino fundamental e médio e dois centros de saúde de referência no estado.

A Uerj foi a primeira universidade pública a ter ensino noturno e a primeira a implementar reserva de vagas para estudantes de escolas públicas e estudantes negros e negros. Foi uma pioneira na implementação de medidas de democratização do ensino superior.

Apesar da crise financeira, a Uerj foi eleita a 13ª melhor universidade do Brasil e a 24ª da América Latina, segundo o ranking da Times Higher Education, uma das principais avaliações educacionais do mundo todo.

Não é por acaso que o governo do PMDB asfixiou a instituição e agora busca dar a cartada final ao acabar com tudo o que é público nela e socialmente referenciado.

DIA NACIONAL DE LUTAS E PARALISAÇÕES

Categoria realiza manifestação no Consuni

Fotos: Renan Silva

Na quinta-feira, 14 de setembro, Dia Nacional de Lutas e Paralisações, chamado pela Fasubra e outras entidades do funcionalismo público federal contra os ataques do governo golpista às categorias do serviço público e a toda a classe trabalhadora em geral, os técnicos-administrativos em educação da UFRJ marcaram a data realizando manifestação na sessão do Conselho Universitário (Consuni).

Manifestações

Os conselheiros se revezavam nas críticas ao governo golpista de Michel Temer, que também tem como alvo as universidades federais. Organizar a luta na comunidade universitária para enfrentar a situação foi a decisão unânime do colegiado. O integrante da bancada dos estudantes Raphael Almeida rechaçou o uso da expressão “cortar na carne”, quando se discute o orçamento da UFRJ.

“Temos que apontar o canhão contra o governo federal, que acha correto privatizar o Hospital Universitário (HU) e acabar com concurso público. Até quando vamos administrar a crise?”, indagou.

“Até quando vamos ficar esperando?”, acrescentou a repre-

sentante técnica-administrativa no colegiado Iaci Azevedo. “Temos que dar combate. Não basta resistir. Temos que avançar. Vamos entregar ou vamos lutar? Então, eu convido o magnífico (reitor) à luta”, concluiu a conselheira.

O coordenador-geral do Sintufrj Francisco de Assis falou em nome da Fasubra: “No dia de hoje, Dia Nacional de Lutas, avaliamos a importância da unidade de todos os trabalhadores para fazer frente a esta conjuntura, somando esforço com todos os que queiram estar na luta em defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade”. Ele também apontou a importância do pleito dos trabalhadores da Superintendência de Políticas Estudantis (SuperEst), da UFRJ, para participarem do projeto de criação da Pró-Reitoria de Políticas de Assistência Estudantil (PR-7), explicando que a “Fasubra defende a construção coletiva”.

O sindicalista apresentou os eixos definidos pela categoria na assembleia realizada no dia 11 de setembro para aquele dia de luta, que foram: a defesa da universidade, contra os ataques do governo aos direitos dos trabalhadores e os cortes no orçamento para as instituições federais de ensino



FRANCISCO de Assis



IACI Azevedo



RAPHAEL Almeida

superior (Ifes), em defesa da Uerj e todo apoio aos trabalhadores extraquadro ameaçados de ficar sem salários. “Temos que colocar a universidade na praça”, concluiu Assis.

Posição da Reitoria

O reitor Roberto Leher destacou a importância das ações do dia de lutas em todo o país, em defesa da educação superior pública e de qualidade

e contra os cortes de direitos sociais e trabalhistas. Por fim, ele saudou as entidades Sintufrj e Adufrj pela mobilização da categoria em torno das eleições para renovação das direções sindicais.

Passeata e ato nacional em Recife

O Dia Nacional de Lutas e Paralisações contra a reforma da Previdência e o pacote antisservidor do governo federal, dia 14 de setembro, mobilizou cerca de 700 trabalhadores técnico-administrativos em educação em Recife (PE). A concentração do ato nacional com caravanas da região Nordeste aconteceu na Praça de Boa Viagem.

A manifestação seguiu em marcha pela Avenida Boa Viagem, com trio elétrico, faixas, cartazes e bandeiras. E os trabalhadores repetiam as palavras de ordem “Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem fecha com o Temer também fecha com os banqueiros”, “A nossa luta é todo dia, educação não é mercadoria” e “O poder do povo vai fazer um mundo novo”.

Ato conjunto

Ao chegarem em frente ao apartamento do ministro da Educação, Mendonça Filho, na

orla da praia, os trabalhadores realizaram o ato nacional. O ministro tem ignorado diversas tentativas dos trabalhadores técnico-administrativos em educação de estabelecer um diálogo frente às reivindicações

da categoria, desde a mudança de governo.

Os trabalhadores queimaram uma mala com dinheiro cenográfico em protesto à corrupção e cobraram atitudes do ministro, deixando claro

que não se calarão diante dos ataques do governo. A Fasubra reforçou que permanece comprometida com o desenvolvimento e a soberania do país, contra as privatizações e cobrança de mensalidades

nas universidades federais.

Dirigentes da Federação conclamaram os setores da sociedade a se unirem em defesa do patrimônio público, da universidade brasileira, das conquistas e da carreira dos trabalhadores técnico-administrativos em educação, contra a reforma da Previdência e contra a reforma trabalhista, cuja aprovação pode ser revogada. “Não vamos deixar o processo de vendas desse país seguir da forma como está sendo feito. Estamos aqui para barrar os ataques ao Brasil, para defender a educação pública”. Os gritos de “Fora, Temer” e “Fora, Mendonça” finalizaram o ato.

À tarde, a manifestação do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais aconteceu na Praça do Derby, seguindo para a Praça Nossa Senhora do Carmo.

Os trabalhadores das Ifes realizaram manifestações e protestos país afora no dia 14.



PASSEATA dos técnicos-administrativos em educação em Boa Viagem

Foto: Fasubra

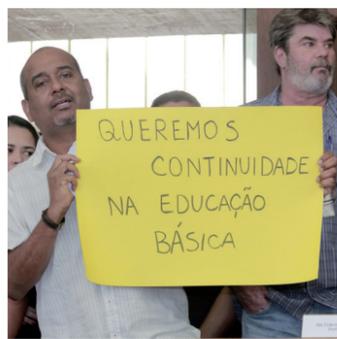
Trabalhadores e estudantes agitam o colegiado

Pleitos são levados ao órgão superior no Dia Nacional de Lutas em defesa das Ifes e dos servidores

Foi agitada a sessão do Conselho Universitário (Consuni) na quinta-feira, 14, Dia Nacional de Lutas e Paralisações em defesa das universidades públicas, do serviço público e dos servidores, contra os ataques do governo golpista de Michel Temer. Além da manifestação dos técnicos-administrativos em educação, grupos localizados de trabalhadores e estudantes ocuparam o salão do órgão colegiado para expor seus pleitos.

Alunos da Faculdade de Medicina e de outros cursos na área da saúde, pacientes e trabalhadores extraquadro, que podem a qualquer momento ficar sem salários, reivindicavam recursos para garantir a sobrevivência do Hospital Clementino Fraga Filho (HUCFF). Outro protesto foi o dos pais de alunos da Escola de Educação Infantil, que reivindicavam o acesso dos filhos, que ingressaram na escola por sorteio público, ao Colégio de Aplicação.

Outra reivindicação estudantil levada ao Consuni foi a de estudantes que cobravam a regulamentação do Instituto de Relações Internacionais e Defesa. Já os servidores da Superintendência de Assuntos Estudantis (SuperEst) reivindicavam participar das discussões para constituição da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7).



Acesso ao CAp

Os pais de alunos da Escola de Educação Infantil (EEI) querem que seja publicado edital conjunto da escola e do Colégio de Aplicação da UFRJ (CAp) para ingresso por sorteio. Com isso, eles pretendem garantir o acesso universal às crianças da EEI ao CAp.

A Associação de Pais da EEI justificou o pleito alegando que desde 2013 o ingresso na escola é feito por sorteio, e cada um dos candidatos concorre com mais de 490 crianças.

Resposta da Reitoria

O reitor Roberto Leher respondeu à reivindicação explicando que cada uma das unidades tem forma específica de ingresso, embora ambas adotem o sistema universal de



Fotos: Renan Silva

14 DE SETEMBRO: sessão do Consuni movimentada pelas manifestações reivindicatórias da comunidade universitária

sorteio. Portanto, o que os pais desejam que é a passagem automática dos alunos da EEI para o CAp requeria um debate complexo. Entretanto, o reitor agendou uma reunião para tratar exclusivamente do assunto.

SuperEst



A conselheira técnica-administrativa Ana Beatriz Pinheiro da Silva expôs a reivindicação dos trabalhadores da Superintendência de Assuntos Estudantis (SuperEst). “A criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7) é muito importante. A UFRJ é uma das poucas universidades que não tem essa pró-reitoria. Estamos atrasados. Mas, nós, técnicos-administrativos, acreditamos que essa iniciativa deve ser construída com muito diálogo. Recebemos o processo nas comissões do Consuni sobre a alteração do estatuto (da UFRJ para criação da PR-7), mas a gente não teve participação nessa discussão, nem a representação na Comissão de Assuntos Estudantis (CAE), que chegou a discutir essas alterações”, disse ela, que é lotada na SuperEst.

“A gente tem um corpo técnico-administrativo na SuperEst muito

participativo e quer participar da organização dessa nova Pró-Reitoria da UFRJ. A reunião que houve com os técnicos foi somente para apresentar o estatuto, e não houve tempo sequer para que pudéssemos apresentar ressalvas, porque o processo já estava com a gente nas comissões. A gente quer, pelo menos, que sejam realizadas audiências públicas e criado um grupo de trabalho composto de técnicos-administrativos, estudantes e docentes, pois será fundamental para avançar nessa discussão democrática”, acrescentou a servidora.

Palavra do reitor

“Lembro que a PR-7 vem sendo discutida há um ano e meio na CAE”, disse o reitor, informando que as comissões do Consuni têm participação regular de estudantes e técnicos-administrativos, incluindo servidores da SuperEst. E que há também um grupo de trabalho no âmbito da própria SuperEst que vem discutindo o tema. Mas que, se há demanda por alguma reflexão, é possível agendar uma conversa.

Leher disse ainda que os servidores da SuperEst que desejarem ampliar sua participação podem fazê-lo no grupo de trabalho específico: “Estamos abertos para aferir expectativas e a participação dos servidores que trabalham na SuperEst”, disse ele, e acrescentou que a criação da PR-7 é fundamental para o redimensionamento da assistência estudantil no âmbito da UFRJ.

Leia na página 7 sobre os extraquadro do HU.

“Com metros para um paciente é muito”

Várias reclamações têm chegado ao Sintufrj sobre a mudança de itinerário dos ônibus internos, principalmente de pacientes e de trabalhadores de idade mais avançada do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF). A reclamação dos usuários é porque os coletivos não vão mais até o terminal do BRT dentro do Fundão, obrigando-os a andar da unidade hospitalar e do Centro de Ciências da Saúde (CCS) até a Estação de Integração, sob sol quente ou chuva.

No fim de agosto, a Prefeitura da UFRJ informou que as linhas internas voltariam para a Estação de Integração no início de setembro, entre segunda-feira e sexta-feira, das 6h às 19h. E que o trajeto até o BRT somente seria mantido nos fins de semana, feriados e nos dias úteis após as 19h. O objetivo, segundo a Prefeitura, é reduzir o tempo de viagem dos coletivos e diminuir o custo da UFRJ com o transporte, porque os ônibus ficavam retidos em engarrafamentos na região do BRT e também demoravam para encostar nas plataformas. A Prefeitura

minimizou a questão da distância entre as duas estações (BRT e Integração), afirmando que “o trecho tem pouco mais de 100 metros e as pessoas levam dois minutos de caminhada”. A Prefeitura promete instalar cabine de vigilantes e travessia elevada na Estação de Integração.

A representante técnica-administrativa no Consuni, Iaci Azevedo, falou sobre sua experiência em relação ao problema exposto: “Eu ontem percebi como as pessoas com mais dificuldades, que utilizam bengala ou muletas, sofrem. As outras passam rapidamente, deixando elas para trás. Gostaria que a Prefeitura da UFRJ revisse essa questão e permitisse que os ônibus chegassem ao terminal do BRT. É uma covardia que pacientes e trabalhadores do hospital tenham que caminhar que sejam 100 metros. Para quem está bem é uma coisa, mas para os que estão saindo do hospital é outra”.

O reitor se comprometeu a fazer contato com a Prefeitura universitária para somente depois esclarecer adequadamente a situação.

Unidade sob ameaça de fechar por falta de recursos

Extraquadro continuam sem saber se receberão os salários até dezembro deste ano, e diretor da unidade reafirma que sem esses profissionais o HU não tem condições de funcionar

Fotos: Renan Silva

No dia 5 de setembro, os trabalhadores extraquadro do Hospital Universitário se reuniram no auditório Halley Pacheco e ficaram sabendo, pela direção da unidade, que a Reitoria não repassaria os recursos para o pagamento de seus salários nos meses de outubro a dezembro deste ano. Diante desta possibilidade, os presentes decidiram que era hora de toda a comunidade do HU (trabalhadores, estudantes e direção) ir aos colegiados superiores da UFRJ reivindicar recursos para o hospital.

A realidade foi vivida pelos extraquadro em 2016, mas o diretor Eduardo Côrtes foi taxativo: “Este ano, nem pensar. Como vamos tirar R\$ 1,2 milhão por mês do nosso orçamento para pagar os salários desses trabalhadores? Não posso pegar dinheiro do SUS para pagar extraquadro. Porém, se eles param, o hospital para”. Os profissionais continuam atuando em seus postos confiando numa solução para o problema.

Ida ao Consuni

Como estava previsto, na sessão do Conselho Universitário (Consuni) do dia 14 de setembro estavam todos lá. O conselheiro técnico-administrativo Diego de Farias manifestou seu repúdio à situação e solicitou tempo para que Eduardo Côrtes e as representações dos centros acadêmicos, dos trabalhadores e de pacientes se manifestassem sobre a questão.

Leandro Machado de Matos, coordenador-geral do Centro Acadêmico Carlos Chagas, leu manifesto aprovado em assembleia geral dos estudantes de medicina que apontava o subfinanciamento crônico do HU, a redução do número de leitos, a queda da qualidade do curso e do hospital no ranking nacional como a maior unidade hospitalar universitária do país e uma das mais importantes em alta complexidade. Para os estudantes, a falta do repasse dos recursos para pagamento dos extraquadro põe em risco a formação e o atendimento aos pacientes.

Eduardo Côrtes reiterou que houve retenção em setembro de R\$ 1,2 milhão de recursos do SUS para pagar os extraquadro. “Não se pode usar dinheiro do SUS para pagar extraquadro de acordo com a Lei Complementar 141. E, se fomos pagar, o hospital vai fechar, causando sérios danos a nossos pacientes e também aos alunos dos cursos da área de saúde. O hospital vem sendo prejudicado há anos por falta de investimentos. Vamos lutar



REUNIÃO dos extraquadro no auditório Halley Pacheco, dia 5 de setembro



EDUARDO Côrtes expõe a situação do HU no Consuni à espera de recursos para pagar salários dos extraquadro

de todas as formas ao nosso alcance para não deixar o hospital fechar”, disse Côrtes.

O aposentado Ricardo Sérgio do Carmo, paciente do HU desde 1981, pediu para que não deixassem o hospital fechar. “Não temos para onde ir se esse hospital fechar. Meu tratamento pode não terminar em dezembro pelo fato de não ter medicamento no hospital, e eu não tenho condições de comprá-los. Se tiver uma forma de repassar verba para o hospital, não deixem de fazer isso”, pediu, emocionado.

Resposta da Reitoria

O reitor Roberto Leher disse que a decisão relativa ao pagamento dos extraquadro não é do reitor, mas do Conselho Universitário: “Foi o Conselho que deli-

berou que o pagamento seria feito até o mês de agosto. Está na peça orçamentária”.

Mas acrescentou que está solicitando uma “harmonização das contas”, e que qualquer decisão do Conselho Universitário só pode ser feita com o conhecimento das contas dos hospitais. “Sem harmonização das contas é impossível fazer qualquer encaminhamento ao Conselho Superior de Coordenação Executiva e ao Conselho Universitário”, reiterou.

Leher disse, ainda, que, se fosse confirmado o contingenciamento (que já se anunciava) dos recursos de custeio de 15%, entre 45% e 50% dos recursos de capital, e 15% de receitas próprias, a UFRJ ficaria com menos R\$ 50 milhões, o que geraria uma crise, com reflexos mais dramáticos e evidentes na

situação do Hospital Universitário.

Prioridades

Diante desta situação dramática, o reitor afirmou que bolsas e unidades hospitalares são prioridades para a Reitoria. “Quanto antes tivermos os números (do HU) para fazermos a análise dessas contas melhor. Para que, ao final do ano, possamos encaminhá-las ao Conselho Superior de Coordenação Executiva e ao Consuni”, prometeu Leher.

O reitor disse que a Reitoria aguardaria até o dia 20 de setembro a planilha do HU, e a comissão se reuniria no dia 29.

Planilha já foi entregue

Eduardo Côrtes disse ao reitor que já havia protocolado a entrega

da planilha e que aguardava uma solução para o HU. “Só espero que essas planilhas não sejam protelatórias para uma decisão que tem que ser tomada nos próximos dias”, afirmou.

Além da falta de repasses dos recursos relativos aos extraquadro pela Reitoria, o diretor mostra nas planilhas déficit de materiais (inclusive medicamentos) da ordem de R\$ 3,2 milhões.

Ida ao CSCE – O coordenador-geral do Sintufjr Francisco de Assis sugeriu que uma representação dos trabalhadores extraquadro comparecesse à próxima sessão do Conselho Superior de Coordenação Executiva (CSCE) em conjunto com o Centro Acadêmico de Medicina para solicitar solução para o caso.

Conselho do CCS cria comissão sobre o hospital

Foto: Renan Silva

As declarações do diretor Eduardo Côrtes aos meios de comunicação no dia 15 de setembro (um dia após a sua ida ao Conselho Universitário) sobre a possibilidade de o Hospital Universitário fechar as portas se não houver dinheiro para pagar os salários dos extraquadro irritaram a Reitoria.

Em resposta à atitude do diretor, a Reitoria divulgou nota oficial e foi ao Conselho de Coordenação do Centro de Ciências da Saúde (CCS), no dia 18, para tranquilizar as unidades acadêmicas. Estavam presentes à reunião, além de diretores e chefes de serviço do HU, gestores e trabalhadores de outras unidades hospitalares, e estudantes.

Desmentido

“Nenhuma das nossas unidades hospitalares terá seu funcionamento interrompido”, disse a vice-reitora Denise Nascimento, que compareceu à reunião acompanhada dos pró-reitores de Planejamento e Desenvolvimento, Roberto Gambine, e de Graduação, Eduardo Serra.

Denise explicou que a Reitoria está apenas solicitando o envio das despesas da unidade no exercício de 2017 para que sejam analisadas pela Pró-Reitora de Finanças. A intenção, segundo ela, com essa atitude é fechar este ano sem interromper nenhuma atividade acadêmica.”

Defesa

O diretor do HU, que estava em viagem internacional, foi representado pela vice-diretora Miriam Maia. “Estamos alertando há muito tempo que não teríamos condições de arcar com o pagamento dos extraquadro”, disse ela. “Quando se diz que o hospital não vai fechar, acho ótimo. Mas temos que ver qual a solução em relação ao pagamento dos extraquadro”.

Segundo Miriam, o déficit do hospital está comprometendo aquisições necessárias, mas em momento algum a direção se recusou a fornecer dados do seu orçamento.

“Queria, em nome do Sintufrij, que refletíssemos juntos, porque é um momento muito crítico. Há muita insegurança para os trabalhadores extraquadro, e sempre próximo ao fim do ano. Quem pensa coletivamente não pode deixar de ficar do lado dos trabalhadores que correm o risco de ficar sem salário. É importante que tenham garantias de que vão receber. E é inaceitável que a gente caia na armadilha do governo federal de nos colocar guerreando entre

nós”, disse o coordenador-geral da entidade Francisco de Assis.

Depois de algumas horas de discussão, o colegiado aprovou a proposta de constituir uma comissão para analisar as planilhas do HU e buscar soluções coletivas para a crise financeira da unidade. A comissão será composta por representantes de estudantes de graduação e da residência médica e multidisciplinar, três diretores de unidade (inclusive do HU) e um representante dos trabalhadores do HU.

A decana Maria Fernanda Quintela, que conduziu a reunião, garantiu que ainda naquela tarde faria a portaria de nomeação dos integrantes da comissão e solicitou as planilhas do HU: “Quanto mais rápido as planilhas vierem mais rápido a solução virá”. Também ficou decidida a convocação de uma reunião da Câmara dos Hospitais para quarta-feira, dia 20, com a presença da vice-reitora.



MESA: Roberto Gambine, Denise Nascimento, Maria Fernanda e Eduardo Serra

Nota da Reitoria publicada após a sessão do Consuni

“Os hospitais seguirão funcionando, apesar dos cortes”. Este é o título da nota oficial que a Reitoria lançou no dia seguinte ao Consuni, informando que não há “justificativa para o alarmismo feito pelo diretor

do HUCFF de que a unidade será fechada. Também não procede a afirmação de que a Reitoria tomou decisão de retirar recursos do hospital”, diz também o texto.

Segundo a nota, “o pagamento dos serviços efetivados pelos extraquadro é realizado

com receitas próprias da UFRJ. Outras despesas necessárias para o funcionamento dos hospitais são custeadas pela Reitoria, como limpeza, vigilância, água, esgoto, energia, telefonia, serviços de copa e cozinha”.

A Reitoria diz que, para

viabilizar um novo plano de gastos, é necessário analisar as despesas de cada hospital para definir o planejamento. Entretanto, a direção do HUCFF se recusa a disponibilizar à Reitoria seus dados orçamentários.

Coppe entrega certificados de gestão a unidades

Foto: Carlos Ribeiro/Coppe



DIRETOR da Coppe, Edson Watanabe (à esquerda), entrega o troféu prata ao coordenador do Laboratório de Geologia Sedimentar do Igeo/UFRJ, Leonardo Fonseca

A Assessoria de Gestão da Qualidade (Coppe-Q) da Coppe/UFRJ promoveu, no dia 18 de setembro, a cerimônia de entrega de certificados Self-Audit a laboratórios e unidades da UFRJ, da UFRRJ e do

IFRJ que tiveram seus sistemas de gestão de qualidade, ambiental, segurança e de saúde no trabalho auditados em 2016. O evento foi realizado a partir das 10 horas, no auditório do Centro de Tecnologia 2, na Cidade Universitária.

Ao todo, 35 certificados Self-Audit foram conferidos pela Coppe-Q a 17 laboratórios e 18 unidades administrativas das instituições federais, divididos em cinco categorias: troféu prata (1), platina (2), ouro (1), prata (12) e bronze (19).

Com essa edição, o programa Self-Audit atingiu a marca de mais de 100 instalações certificadas. O modelo para a certificação de sistemas de gestão adotado pela Coppe começou a ser implantado nos anos 2000, pelo administrador Fernando Sepúlveda, hoje diretor adjunto da Diretoria de Planejamento, Administração e Desenvolvimento Institucional da Coppe.

Os representantes de unidades e laboratórios candidatos à certificação elaboram, em sala de aula, o Sistema de Gestão a ser implantado

nas instalações. Auditados conforme normas internacionais de gestão e o padrão Self-Audit da Coppe, esses sistemas são, em seguida, certificados. Os cursos são promovidos por meio de parceria entre a Coppe e a Pró-Reitoria de Extensão da UFRJ (PR-5).

As instalações são certificadas pela Coppe-Q, sob a coordenação de Luciana Lancellote, com base nas normas da International Organization for Standardization (ISO), agrupadas da seguinte forma: NBR ISO 9001:2015 (qualidade), NBR ISO 14001:2015 (normas ambientais), BS OH-SAS 18001:2007 (segurança e saúde no trabalho).

O troféu prata foi a maior categoria dessa edição de certificação.

GOVERNO MEDÍOCRE



LUIZ Davidovich



ILDEU de Castro Moreira

Pesquisa enfrenta seu pior momento, mas situação pode piorar em 2018

Com menos recursos, os pesquisadores brasileiros são desafiados a manter a produção científica no país

A redução de recursos e o contingenciamento trouxeram para a área científica a seguinte realidade: falta dinheiro para coisas básicas, como, por exemplo, para reposição de equipamentos estragados e serviços de manutenção, para diárias de trabalho de campo e para compra de insumos. Laboratórios estão sendo forçados a interromper pesquisas por falta de dinheiro, e equipes estão encerrando seus trabalhos.

O repasse do dinheiro da União destinado à pesquisa vem caindo desde 2013, mas do ano passado para cá o corte reduziu o orçamento quase pela metade. O orçamento previsto para o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) na Lei Orçamentária Anual (LOA) deste ano era de aproximadamente R\$ 5 bilhões. Esse valor, que já era baixo, foi reduzido para R\$ 2,8 bilhões (44% a menos) com os contingenciamentos anunciados pelo governo federal em março.

Em valores corrigidos pela inflação, isso é menos do que um terço do orçamento que a pasta tinha em 2010 e menos da metade do orçamento de 2005.

Em 2018 será pior

E as perspectivas futuras são as piores possíveis: o orçamento enviado pela equipe econômica ao Congresso Nacional para 2018 agrava ainda mais a situação em 2018. Pois são ainda menores os recursos previstos para a ciência e tecnologia. A redução será de mais de 50% dos recursos federais destinados à ciência, tecnologia e inovação.

Os recursos para investimentos despencariam de R\$ 6,2 bilhões para R\$ 2,7 bilhões – uma redução de 56%. Isso inclui todos os recursos para financiamento de pesquisas e pagamentos de bolsas do CNPq, por exemplo. Com menos recursos em 2018, não haverá dinheiro novo para pesquisas ou bolsas, perpetuando-se assim a situação de penúria gerada pelo contingenciamento no orçamento deste ano.

“Se está ruim em 2017, será muito pior em 2018”, disse, em audiência do Senado, em julho, a então presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader. O atual presidente, Ildeu de Castro Moreira, físico da UFRJ, em declaração na 2ª Marcha Pela Ciência no Brasil, realizada no início de setembro, afirmou que o movimento nacional em defesa da ciência e da educação, diante do contingenciamento do governo e com a proposta de mais cortes em 2018, continuará.

Para o novo presidente da SBPC, o principal, hoje, é manter uma postura de resistência e de oposição aos cortes drásticos. “Esses movimentos precisam ganhar mais força e incorporar primeiro a própria comunidade científica e acadêmica. Temos entre 100 mil e 200 mil doutores, um número maior ainda de professores universitários, mais de 2 milhões de estudantes nas universidades públicas e institutos federais. Todos atingidos fortemente por essas políticas de cortes. Se 10% desse conjunto fizerem discussões

e manifestações públicas, teríamos um impacto significativo”.

“O orçamento para ciência, tecnologia e educação que está delineado para o ano que vem é dramático: estão desenhando valores extremamente baixos, que não mantêm a ciência brasileira. Houve cortes muito significativos, já tivemos este ano um contingenciamento brutal, da ordem de 45%, e estamos fazendo uma campanha muito grande para repor esses recursos”, alertou Ildeu de Castro Moreira, presidente da SBPC.

Ciência e pesquisa sem prioridade

O governo golpista de Michel Temer e seu PMDB não veem o investimento em ciência e tecnologia voltado para o desenvolvimento do país como prioridade. Não têm a política de que investir na área produz opções para gerar mais recursos para o país, o que também poderia ajudar a sair da crise em vez de apenas cortar recursos.

O investimento na área de saúde pública mostra a necessidade das pesquisas. Aquelas realizadas na UFRJ sobre o vírus Zika e microcefalia, por exemplo, tiveram repercussão internacional e foi encontrado o caminho para acabar com essas doenças. Os pesquisadores, no entanto, enfrentam problemas até numa pesquisa de ponta como a do vírus Zika. Há pesquisas muito importantes sobre doença de Alzheimer que também estão com sérios problemas.

Segundo o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) – que congrega os mais eminentes cientistas nas Ciências Matemáticas, Físicas, Químicas, da Terra, Biológicas, Biomédicas, da Saúde, Agrárias –, Luiz Davidovich, professor da UFRJ, esses grupos precisam de insumos biológicos para fazer seus experimentos, mas não há mais recursos para esses insumos. Em entrevista à BBC Brasil, ele declarou:

“Com isso, os laboratórios estão parando. Assim, param também as teses que estão sendo desenvolvidas, os trabalhos de mestrado e de doutorado que se destinam a formar os pesquisadores de amanhã, aqueles que, no futuro, vão combater as epidemias emergentes, como a zika, ou a febre amarela.”

O professor afirma ainda que o país corre então o risco de criar uma lacuna na formação de cientistas e de não ter pesquisadores que possam atacar problemas que afetam a saúde da população nos próximos 10, 15 anos. Com isso,

a falta de prioridade e a escassez de recursos estão dificultando a atração de jovens para a pesquisa.

“Conhecemos apenas 5% da biodiversidade brasileira. Explorá-la significa poder fazer remédios e usar uma capacidade e uma vantagem competitiva do Brasil. É preciso usar essa biodiversidade de maneira sustentável, sem destruir a floresta, de modo a fazer medicamentos e produtos de alto valor agregado. Para isso, precisamos de pesquisadores”, sustenta Davidovich.

Dificuldades

enfrentadas pelos estudantes

Os estudantes, por sua vez, que necessitam das bolsas de pós-graduação para suas pesquisas vivem na instabilidade.

“Desde o anunciado de que a verba havia chegado ao fim, nós entramos num clima de instabilidade em que as pessoas que pesquisam não sentem qualquer garantia vinda da instituição – por conseguinte, do governo. E isso gera uma série de implicações, porque, mesmo que a verba permaneça, não há como tal instabilidade deixar de afetar as pesquisas e as atividades de quem faz pesquisa. Por ora, as bolsas de pós-graduação continuam caindo, mas para quem sofreu a possibilidade de ver sua bolsa interrompida bruscamente, sem maiores cerimônias, naturalmente que o sentimento de ameaça continua”, declara a Associação dos Pós-Graduandos da UFRJ (APG) em nota conjunta da direção para o Jornal do SintufRJ.

“Conhecimento Sem Cortes” atinge objetivo

A campanha das entidades levará ao Congresso Nacional mais de 80 mil assinaturas

Fotos: Renan Silva

Está programado para 10 de outubro a entrega ao Congresso Nacional de mais de 80 mil assinaturas reivindicando a revogação dos cortes de recursos para as universidades e os institutos de pesquisas públicos.

Este é o resultado da campanha contra a redução dos investimentos federais nas áreas de ciência, tecnologia e humanidades e contra o sucateamento das universidades públicas e dos institutos de pesquisas do Brasil.

“Tesourômetro”

A campanha foi iniciada em junho deste ano pelas associações de docentes da UFRJ, UnB, UFMG, e Sindicato dos Trabalhadores do Instituto Federal do Rio de Janeiro, em parceria com as entidades da UFRJ Adufrj e Sintufjr, mais a Asduerj, Asfoc, Associação Nacional dos Pós-Graduandos, Associação Nacional de Pesquisadores, Associação de Servidores do CNPq e SBPC.

Um painel eletrônico apelidado de “tesourômetro” foi inaugurado quando do lançamento da campanha, em 22 de junho, no campus da Praia Vermelha. O foco foi mostrar à população, minuto a minuto, o impacto em reais dos cortes de financiamento federal para as áreas

da ciência, tecnologia e humanidades de 2015 a 2017, tendo como referência o orçamento aprovado para 2015. As reduções significaram uma perda de 50% do total de financiamento para a produção de conhecimento nesses dois anos.

Segundo a assessora da campanha, Marina Mota, a iniciativa ultrapassou as expectativas, pois inicialmente eram esperadas 20 mil assinaturas, mas foram conseguidas mais de 80 mil, uma prova de que o movimento ganhou a adesão da sociedade. Segundo ela, a repercussão da campanha foi vitoriosa, e atos, como a segunda Marcha Pela Ciência, no Rio, que atraiu mais de 500 pessoas, realizada no dia 2 de setembro, no Museu do Amanhã, provam isso. O próximo passo é pressionar os parlamentares.

“O ato foi um momento pulsante que reuniu um grande número de pessoas. Mostrou uma política vibrante com a participação dos cidadãos. O objetivo da campanha é a revogação da PEC dos gastos públicos, garantir investimentos para a área na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 e também a revogação dos cortes como um todo. Precisamos que se mantenha um orçamento viável para a produção do conhecimento,



SEGUNDA marcha pela Ciência, no Rio, na Praça Mauá, em frente ao Museu do Amanhã, contou com a participação do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira (ao microfone)

a inovação de forma sustentável e para mantermos as pesquisas mais vitais para a população, como na área de saúde pública. A se manter o ritmo atual, tudo isso irá acabar”, declara Marina.

Sintufjr na luta

A PEC dos gastos públicos – Emenda Constitucional 55 –, aprovada em dezembro de 2016, congela por 20 anos os investimentos sociais, com impacto desastroso nas áreas da Educação e Saúde. O Sin-

tufjr foi uma das entidades que participou ativamente contra essa proposta do governo golpista de Michel Temer desde o seu lançamento, no início do segundo semestre de 2016, e que tramitou na Câmara dos Deputados como PEC 241, promovendo atos e paralisações em conjunto com a Adufrj e o DCE Mário Prata. A proposta foi chamada pelo movimento sindical e estudantil de PEC do Fim do Mundo, ou PEC da Morte.

O Sintufjr alertou e tentou mo-

bilizar a categoria para o impacto dessa PEC sobre a parcela mais pobre da população e o consequente estímulo aos negócios privados nas áreas da Educação e Saúde. A entidade aderiu à greve nacional contra a PEC, puxada pela Fasubra em novembro de 2016, já com o projeto aprovado na Câmara dos Deputados. Daí em diante, com a proposta no Senado denominada PEC 55, continuou a realizar atos internos e externos em conjunto a Adufrj e com o DCE Mário Prata.

DCE quer discutir o orçamento da universidade em audiência pública

A coordenadora do DCE, Júlia Brandes, apresentou, na sessão do Conselho Universitário (Consuni), no dia 14 de setembro, as reivindicações dos estudantes. Encabeça a pauta reivindicatória a abertura de edital de bolsas-auxílio (Baux) para este segundo semestre. “A gente entende o momento: não é uma crise, mas um projeto de ataque à Educação. Mas cortes dessa bolsa representa evasão imediata de estudantes”, justificou o pleito a líder estudantil.

Os estudantes reivindicam, também, a realização de uma audiência pública para discutir a assistência estudantil na universidade e outra sobre a situação orçamentária da instituição. Além disso, o DCE apoia o movimento pela criação da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7), cuja discussão está avançada

na Comissão de Assistência Estudantil (comissão criada pelo próprio Consuni) e nas demais comissões do colegiado.

Compromissos da Reitoria

O reitor propôs aos estudantes a realização de uma audiência da Comissão de Assuntos Estudantis (CAE) ampliada para discutir as contas da universidade, com o objetivo de definir uma diretriz para a situação da assistência estudantil, e, em seguida, uma audiência geral sobre o orçamento.

O reitor também propôs se reunir com os estudantes e os servidores da Superintendência de Assuntos Estudantis (SuperEst) para discutir o processo de constituição da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR-7).



JÚLIA Brandes, do DCE, defendeu no Consuni as reivindicações dos estudantes

SERVIÇO

UFRJ põe à disposição da comunidade universitária 60 bicicletas, das 6h às 22h, de segunda a sexta-feira. O serviço não funciona nos feriados

Fotos: Renan Silva



Bicicletas para vencer distâncias no Fundão

Desde o dia 12 de setembro bicicletas verdinhas podem ser vistas circulando pelo campus Fundão. É que foi inaugurado um novo sistema de transporte compartilhado gratuito para servidores e estudantes da UFRJ.

Denominado de Integra UFRJ, o sistema disponibiliza 60 bicicletas em oito bicicletários: Estação de Integração, Restaurante Universitário Central, Residência Estudantil, Avenida Athos da Silveira (entre CT e CCMN), CT2, Faculdade de Letras, Reitoria e Coppead.

As bicicletas estão disponíveis de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 6h às 22h.

O projeto, que pretende ligar mais de seis quilômetros de cicloviás, é fruto de ação conjunta da Prefeitura da UFRJ com o Fundo Verde e a empresa de tecnologia Sertel. As estações são alimentadas por energia solar, conectadas a uma central via wireless que permite monitoramento em tempo real das bicicletas.

Como funciona

Na semana passada, em cada bicicletário jovens contratados pelo Fundo Verde ensinavam os interessados como o sistema funcionava. Na Reitoria, o promotor Jesus Sivira explicava que estudantes e servidores devem se cadastrar no site www.fundoverde.ufrj.br/integra e baixar o aplicativo para uso gratuito das bicicletas.

O sistema permite viagens de

até 45 minutos, mas que podem ser repetidas. Entretanto, o usuário deve respeitar um intervalo de pelo menos 15 minutos entre cada viagem. Os que excedem o tempo máximo sofrem penalidades (a cada meia hora de atraso, o usuário fica um dia sem usar o serviço). No aplicativo é possível saber se há bicicletas disponíveis em cada estação.

No primeiro dia, apesar de muitos curiosos, na estação da Reitoria, que começou a funcionar às 10h, até ao meio-dia apenas três pessoas pegaram as bicicletas.

Manifestações

“Acho que demorou”, disse Yuri Mell, aluno do curso de desenho industrial. Segundo o estudante, colegas da Escola de Belas Artes (EBA) também já haviam desenvolvido projeto semelhante.

“O problema é manter”, observou Lenin Brust, também do curso de desenho industrial. Ele quer saber como os usuários, com o novo sistema de transporte, e as bicicletas serão protegidos dos assaltantes.

Por fim, tanto Yuri quanto Lenin comemoraram a novidade. “O importante é que chegou e vai ser bom para alunos e servidores, porque os ônibus andam lotados”, disseram.

“Acho legal, mas também fico preocupada com a segurança”, afirmou a estudante do terceiro período de desenho industrial Sheila Bugarin, lembrando que

o Fundão “sofre com a sensação de insegurança”. Yuri sugeriu a criação, pela Divisão de Segurança (Diseg), de uma patrulha de bicicleta nas cicloviás, “tipo Diseg Presente”.

Na inauguração, o reitor Roberto Leher disse que a iniciativa

demonstrava a integração da instituição com o Rio em consonância com outras cidades, que contam com extensa rede de cicloviás.

Suzana Kahn, presidente do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC) e coordenadora do Fundo Verde da UFRJ, acredita

que iniciativas de desenvolvimento sustentável podem tornar o campus polo de soluções inovadoras. Até o fim do ano, pelo projeto, a universidade deverá receber dois veículos elétricos de uso compartilhado, com capacidade para quatro passageiros e autonomia de 120 quilômetros.



SUZANA Kahn, Lenin Brust, Yuri Mell e Jesus Sivira



BICICLETAS estão se incorporando à paisagem do Fundão



LIVRE PARA VOAR

Projeto do Ipub oferece tratamento para o medo de voar, com apoio da realidade virtual

“Foi por medo de avião/ Que eu segurei/ Pela primeira vez a tua mão...”. Lembram-se da música do Belchior? Pois bem, quem pretendia usar a mesma desculpa do rapaz latino-americano que cantava a liberdade para conquistar o homem ou a mulher dos sonhos é bom começar a pensar em outra estratégia, porque o “medo de avião” pode estar com os dias contados.

Pesquisadores do Laboratório de Trauma e Medo (LTM) do Instituto de Psiquiatria da UFRJ (Ipub) passaram a oferecer em agosto deste ano um tratamento gratuito (com uso da realidade virtual) para lidar com esse tipo de medo. Se para alguns medo de voar pode representar apenas uma sensação de desconforto a bordo, para muitos outros é um impeditivo para realizar viagens de longa distância, ou seja, de avião.

Como enfrentar a situação

Artigo publicado no blog *Livre para voar*, criado para divulgar o tratamento do Ipub (<https://livreparavoarufrij.wordpress.com/>), informa que uma em cada três pessoas pode apresentar esse medo, e 35 em cada 100 o desenvolvem em algum momento de suas vidas. Há estimativas ainda de que de 10% a 20% da população em geral sofre algum nível de medo de voar.

Também está no blog uma frase que ilustra bem o que essas pessoas podem sentir: “Um dos efeitos do medo é perturbar os sentidos e fazer as coisas não parecerem o que são”, de Miguel de Cervantes, em “Dom Quixote”.

A coordenadora do LTM, Paula Ventura, explica que o interessante no uso da realidade virtual é justamente criar condições para que o paciente consiga falar sobre a situação que o levou ao trauma até que deixe de ser (embora ainda desagradável) uma situação traumática. No caso das fobias, parte-se do princípio de que com

a exposição ao estímulo gerador (desde que não seja perigoso), o organismo se habitua. Segundo a especialista, não adianta falar sobre o medo de avião; é preciso que haja o enfrentamento da situação.

Neste caso, o ambiente virtual facilita esse enfrentamento. Pode reproduzir o ato do embarque, a sala de espera, o check in, turbulência, chuva, trovoadas, todas as situações que parecem ameaçadoras e que seriam difíceis de reproduzir se não fosse a realidade virtual. A simulação faz o cérebro entender que a pessoa está vivendo aquela realidade, mas de forma não ameaçadora.

O tratamento

Há um protocolo de trabalho com oito sessões de realidade virtual que Paula chama de psicoeducação ou reestruturação cognitiva, para que o paciente veja de outro modo as intercorrências, e para que enfrente as situações que geram ansiedade.

O LTM reúne profissionais da psiquiatria e da psicologia. “Na equipe formada por 26 pessoas que atuam em vários subprojetos, trabalhamos com fobia de avião e transtorno de estresse pós-traumático. Isso em termos de tratamento ambulatorial. E há outras linhas de pesquisa”, diz ela.

O estudo é desenvolvido em colaboração com a Pontifícia Uni-

versidade Católica (PUC). “Como somos uma equipe de psicólogos, o pessoal da PUC cuida da parte do software. E (esse trabalho) abre portas não só para o tratamento da fobia de avião. A realidade virtual pode ser usada em várias áreas. Nós mesmos já fizemos um projeto para o tratamento de estresse pós-traumático com outro tipo de aparato de realidade virtual”, informa.

Paula cita como exemplo o caso do motorista de ônibus que havia sofrido um acidente (com atropelamento) e encontrava-se em situação de estresse pós-traumático, mas que ficou bem ao passar pelo tratamento. Segundo ela, o trabalho que desenvolvem é similar ao desenvolvido nos Estados Unidos, no qual se reproduzem ambientes de guerra para tratamento de veteranos.

Tratamento e estudo acadêmico

De acordo com a pesquisadora, o que estão fazendo ainda é uma fase piloto, pois o estudo vai envolver terapia com 80 pessoas, sendo que metade será submetida ao uso de realidade virtual e a outra à proposta tradicional, como o uso da imaginação e vídeos. Isso ocorrerá para constatar a diferença entre os dois grupos. Portanto, é um tratamento e também um estudo acadêmico, envolvendo assistência

e pesquisa. O que é bom para a formação dos alunos.

“Acho que é importante destacar, neste momento tão difícil do país, com tantos cortes, inclusive nos recursos destinados às universidades públicas, poderemos mostrar que temos núcleos importantes produzindo conhecimento competitivo em relação à comunidade internacional de pesquisa”, conclui Paula.

Serviço à disposição de todos

O serviço está aberto a pessoas maiores de 18 anos. O interessado deve mandar um e-mail pelo blog *Livre para voar* informando seu telefone para que a equipe faça contato e marque uma entrevista. Nessa entrevista é verificado se o interessado preenche os critérios

necessários para integrar à pesquisa. Caso haja um processo traumático diferente ou uma depressão grave, ele, ou ela, será encaminhado para outro atendimento.

Se o entrevistado preencher os critérios de seleção para participar da pesquisa, o trabalho com ele começa, e inclui as oito sessões de realidade virtual. Depois das sessões, o paciente passa por avaliações periódicas ao longo dos meses para que a equipe possa acompanhar mudanças de comportamento ao longo do tempo. Todas as etapas do tratamento são realizadas no próprio Ipub, na Praia Vermelha.

Vencido o medo de avião, a música passa a ser outra, como aquela do Byafra: “Voar, voar/ Subir, subir/ Ir por onde for...”, que, aliás, chama-se “Sonho de Ícaro”.



DOIS pesquisadores atuando na simulação de voo



PAULA Ventura (no centro, de óculos) e a equipe do Laboratório de Trauma e Medo do Ipub